



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 002/2026
INEXIGIBILIDADE 009/2026

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA/PE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 10.106.235/0001-16, com sede na Praça dos Três Poderes, 141, Centro, CEP 56.460-000, Petrolândia, Estado de Pernambuco, horário de expediente interno de 07:30h às 13:30h – GMT Brasília/DF, por intermédio do Prefeito Municipal, o senhor **FABIANO JAQUES MARQUES**, TORNA PÚBLICO que fará realizar o procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, nos termos do artigo 79, inciso III, da Lei Federal Nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram, doravante denominado simplesmente Contratante, vem por meio da Comissão nomeada pela Portaria Nº 001/2026 tornar público que receberá, durante o período de **27/01/2026** a **26/01/2027**, através do e-mail petrolandia.prefeitura2022@yahoo.com e de forma presencial, propostas para o **CREDENCIAMENTO Nº 002/2026**, em conformidade com o Art. 79, inciso III, da Lei Nº 14.133/2021.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	PREFEITURA DE PETROLÂNDIA/PE E SUAS SECRETARIAS
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 27/01/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO:	27/01/2026 A 26/01/2027

Observação: O recebimento da documentação para o credenciamento será através do e-mail petrolandia.prefeitura2022@yahoo.com e presencialmente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, na Praça dos Três Poderes, Nº 141, Centro, Petrolândia/PE, CEP 56.460-000.

1. OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. O objeto do presente Procedimento Auxiliar é o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas interessadas no **fornecimento, contínuo e ininterrupto, de combustíveis (GASOLINA, DIESEL S-10, ETANOL, FLUÍDOS E LUBRIFICANTES)**, para abastecimento dos veículos da **Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O presente Credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.



1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

2.1 O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município (AMUPE), em Jornal de Grande Circulação do Estado de Pernambuco, Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de Pernambuco (DOE), no sítio www.licitapetrolandia.com.br como também no site oficial do Município de Petrolândia (www.petrolandia.pe.gov.br/transparência).

2.2 O Credenciamento ficará aberto por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação, podendo ser contratados novos serviços, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

2.3 Este Edital será divulgado através de extrato publicado no Diário Oficial da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), no site oficial da Prefeitura site: www.petrolandia.pe.gov.br/transparência e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>);

2.4 Para elaboração da sua proposta o licitante deverá considerar as especificações dos itens, contidas no Termo de Referência de Edital de Credenciamento.

2.5 Os interessados poderão pleitear o seu credenciamento, preenchendo no anexo III o seu interesse.

2.6 O município divulgará mensalmente em seu diário oficial, aviso de que este credenciamento permanecerá aberto à participação de novos interessados, até que finde sua vigência. Ele realizará a divulgação dos resultados referentes aos interessados aptos à contratação no Diário Oficial da AMUPE, caso ocorra.

2.7 Os interessados deverão enviar a documentação através do e-mail petrolandia.prefeitura2022@yahoo.com ou entregar presencialmente no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, na Praça dos Três Poderes, Nº 141, Centro, Petrolândia/PE, CEP 56.460-000;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

2.8 A Comissão de Contratação não se responsabiliza pelas documentações não transmitidas ou não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados e entrega dos documentos.

2.9 O atendimento do contratado contemplará a execução das atividades e serviços necessários à prestação da assistência à saúde com qualidade aos beneficiários.

3. DO PRAZO, VALIDADE E PARTICIPAÇÃO

3.1 Este edital obedecerá aos seguintes prazos e validades:

- a) Prazo de inscrições: 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação deste edital.
- b) validade do credenciamento: 12 (doze) meses, prorrogável, a critério exclusivo de oportunidade e conveniência da Administração Municipal.
- c) Poderão participar do procedimento de **credenciamento todas as pessoas jurídicas que se enquadrem no ramo pertinente ao objeto descrito (fornecimento de combustíveis)**.

3.2 É vedada a participação de pessoas jurídicas que:

- a) Não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;
- b) Tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) Profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;
- d) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

4.1 Poderão participar deste credenciamento as empresas interessadas, conforme segue:

- a) Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b) Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

4.2 Não será permitida a participação direta ou indiretamente na presente licitação/credenciamento das empresas interessadas:

- a) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração do município de Petrolândia/PE em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- i) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;
- j) O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- k) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- l) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

m) Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3 São condições para credenciamento dos profissionais:

4.3.1 Para cada CREDENCIADO será firmado o Termo de Credenciamento entre o CREDENCIADO e o ordenador de despesa, que será juntado nos autos deste procedimento, como instrumento de autorização e ratificação pela Autoridade Superior, conforme Artigo 72, VIII, da Lei 14.133/2021.

4.4 O Termo de Credenciamento terá vigência limitada à vigência do Edital de Credenciamento.

4.5 Porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, isto é, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados.

4.6 A qualquer tempo o Termo de Credenciamento/Contrato poderá ser alterado, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Município.

4.7 Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

4.8 No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.9 A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

4.10 No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

4.10.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.10.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.10.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12 O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.13 A falsidade da declaração de que trata este termo sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5. DO CADASTRO

5.1 O cadastro de prestadores de serviços terá vigência por 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

5.2 Durante a vigência deste edital de credenciamento, incluindo as suas republicações, o Município, a seu critério poderá convocar através de Email, publicação no Diário Oficial os credenciados para nova análise de documentação. Nessa ocasião serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do interessado.

5.3 Para revalidação os credenciados deverão reapresentar toda a documentação exigida neste edital, podendo ser revalidado por mais 12 (doze) meses.

5.4 A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 05 (cinco) dias uteis para enviá-lo para o e-mail petrolandia.prefeitura2022@yahoo.com.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



6.6. O órgão credenciante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

6.7. Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

6.8. O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

6.9. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

6.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

6.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

6.12 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico, com validade para o certame. Caso a referida certidão não possua validade, será considerada data não superior a 60 (sessenta) dias contados da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

b) As empresas que sejam do Estado de Pernambuco, devem emitir a certidão negativa de processos cíveis (PJe) para pessoa jurídica, para licitação (PROCESSOS EM 1º e 2º GRAU) no site: (<https://www.tjpe.jus.br/certidaopje/xhtml/main.xhtml>).

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

- c.1)** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- c.2)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c.3)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c.4)** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- d)** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos quais o licitante for declarado classificado.
- e)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.13 No caso da participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

6.13.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

6.13.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.13.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

6.13.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

6.13.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.13.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação;

- a)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; **b)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; **c)** editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; **d)** três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e **e)** ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

6.13.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei Nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.13.8 Todos os credenciados devem comprovar, no ato do credenciamento, capacidade técnica e operacional, a ser demonstrada mediante apresentação de ficha cadastral disponibilizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que demonstre possuir a capacidade de armazenamento de combustíveis de no mínimo 7 m³ (sete metros cúbicos) para cada tipo de combustível comercializado, sob pena de desclassificação do processo.

6.13.9 As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão.

6.13.10 Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os CREDENCIADOS mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento, conforme o caso.

6.13.11 A comissão de contratação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

6.13.12 Registro de revendedor varejista de combustíveis automotivos, expedido pela ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

7. DOS RECURSOS

7.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024 e poderá ser feita a qualquer tempo por qualquer cidadão durante a vigência do Credenciamento.

7.2. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

7.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 02 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão;

7.2.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

7.3. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail ou portal do órgão).

7.4. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



- 7.5. Os recursos interpostos sem fundamentação não serão conhecidos.
- 7.6. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
- 7.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações e contratos, situado na Praça dos Três Poderes, 141 – Centro – Petrolândia/PE, ou requisitado pelo e-mail: petrolandia.prefeitura2022@yahoo.com.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 8.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- 8.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 8.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
 - 8.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 8.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 8.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 8.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 8.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - 8.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens “8.1.5”, “8.1.6”, “8.1.7” e “8.1.8” do subitem acima, bem como nas alíneas 8.1.2”, “8.1.3” e “8.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.4.1.1 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “8.1.5” a “8.1.8” do item 8.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “8.1.3” do item 16.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

8.2.4.4 Para infração descrita no subitem “8.1.2” do item 8.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

8.2.4.5 Para infrações descritas no subitem “8.1.4” do item 8.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.

8.2.4.6 Para a infração descrita no subitem “8.1.1” do item 8.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

8.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

8.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.
- 9.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: petrolandia.prefeitura2022@yahoo.com ou em nosso Portal de Compras www.licitapetrolandia.com.br.
- 9.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 9.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.5.** Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

10. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

- 10.1** O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

11. DA CONTRATAÇÃO

- 11.1.** Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2.** A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.
- 11.3.** O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de **03 (três) dias úteis**.



11.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

11.5. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

11.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

12. CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÕES DOS CREDENCIADOS

12.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir do Credenciamento dos mesmos.

12.2 Localização dos Postos Credenciados

12.2.1 Serão credenciados postos de combustíveis em qualquer cidade do país onde o município tiver a necessidade de abastecimento dos veículos de sua frota municipal.

12.2.2 Em caso de desistência ou incapacidade operacional de um fornecedor, outro será credenciado na mesma região da necessidade do município.

12.3 Garantia de Execução:

12.3.1 Todos os credenciados devem comprovar, no ato do credenciamento, capacidade técnica e operacional, a ser demonstrada mediante apresentação de ficha cadastral disponibilizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que demonstre possui a capacidade de armazenamento de combustíveis de no mínimo 7 m³ (sete metros cúbicos) para cada tipo de combustível comercializado, sob pena de desclassificação do processo.

12.3.2 O não cumprimento das obrigações contratuais acarretará aplicação de penalidades previstas no edital e no contrato, incluindo advertência, multa e rescisão contratual.



13. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

13.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

13.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

13.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

13.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias.

13.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

13.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

13.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

13.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 13.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

13.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 13.4.2 e 13.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

13.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

13.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.



14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL e DO CREDENCIAMENTO

14.1 O presente edital e Credenciamento terão o prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de **27/01/2026** (art. 5º e art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 11.878/2024).

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.3 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.4 O credenciamento, não implica ao Município a obrigatoriedade na contratação. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e nos endereços eletrônicos www.licitapetrolandia.com.br e no site: www.petrolandia.pe.gov.br/transparência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.4.1 ANEXO I - Termo de Referência;

15.4.2 ANEXO II – Modelo de Requerimento de Credenciamento;

15.4.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

15.4.4 ANEXO IV – Relação da Frota Municipal

Petrolândia/PE, 22 de Janeiro de 2026

Fabiano Jaques Marques

Prefeito Municipal

Welynadia Alves dos Santos

Secretária de Saúde

Éder Souza Campos

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Meirielly Cruz dos Santos

Secretária de Desenvolvimento Social

Janailson Avianez da Silva Santos

Secretário de Serviços Urbanos

Janilde Matilde Carvalho Gomes

Secretária de Administração

Igor Nogueira Soares

Secretário de Governo

Maria Ozita Ana Silva Barros

Secretária de Educação

Thiago Rodrigues Alves Freitas

Secretário de Segurança Cidadã



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O Procedimento Auxiliar para o Credenciamento de forma contínua durante 12 (doze) meses destinados a contratação de pessoa jurídica interessada em fornecer combustível para abastecimento dos veículos da Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	PRODUTO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gasolina Comum	Litro	52.900	R\$ 6,04	R\$ 319.516,00
	Gasolina Aditivada	Litro	211.600	R\$ 6,17	R\$ 1.305.572,00
2	Diesel S 10	Litro	579.600	R\$ 5,79	R\$ 3.355.884,00
3	Diesel S 500	Litro	248.400	R\$ 5,59	R\$ 1.388.556,00
4	Etanol Hidratado	Litro	20.000	R\$ 4,62	R\$ 92.400,00
VALOR TOTAL PARA 12 MESES					R\$ 6.461.928,00

Fonte: Tabela ANP – Período 04 à 11/01/2026 CONSIDERANDO Os preços ANP na **Região Nordeste** como um todo e nas cidades de **Arco Verde, Serra Talhada, Caruaru, Petrolina e Garanhuns**.

Quantidade de Diesel e Gasolina Separado por Secretaria		
SECRETARIA	DIESEL EM L	GASOLINA EM L
Saúde	180.000	155.000
Agricultura e Meio Ambiente	45.000	3.000
Educação	180.000	30.000
Infraestrutura	200.000	20.000
Desenvolvimento Social	3.000	15.000
Serviços Urbanos	200.000	1.500
Administração	-	5.000
Governo	20.000	15.000
Segurança Cidadã	-	20.000
Total em Litros	828.000	264.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

PLANILHA DE PREÇOS - LUBRIFICANTES - 2026

Itens	Produto	Und.	Qtde.	Valor Unit	Valor Total
1	ADITIVO ANTICORROSIVO/ RADIADOR DIESEL	L	1500	35,00	52.500,00
2	ARLA 32	BALDE 20L	300	110,00	33.000,00
3	DISCO DE TACÓGRAFO 24 HORAS 125KM/H	CAIXA C/100	60	42,00	2.520,00
4	DISCO DE TACÓGRAFO 24 HORAS 180KM/H	CAIXA C/100	20	48,00	960,00
5	FILTRO AR PRIMÁRIO ÔNIBUS VW COMIL 1999	UND	10	93,00	930,00
6	FILTRO AR PRIMÁRIO ÔNIBUS VW/MA SCA GRANMIDI 2009 - ÔNIBUS MB CAIO APACHE 2002 - CAMINHÃO FORD 12000 160 2000/201 - CAMINHÃO FORD 14160/2000	UND	10	87,00	870,00
7	FILTRO AR PRIMÁRIO ÔNIBUS OF MB 3740947104	UND	10	87,00	870,00
8	FILTRO AR PRIMÁRIO TOYOTA BANDEIRANTES 2000/2001	UND	10	65,00	650,00
9	FILTRO AR SECUNDÁRIO CAMINHÃO FORD 14000 160 2000 - CAMINHÃO FORD 1200 160 2000	UND	10	90,00	900,00
10	FILTRO AR SECUNDÁRIO ÔNIBUS VW COMIL 1999/2000/2001 SCA GRANMIDI 2009 - CAMINHÃO FORD 14000 HD 1997 - MICROÔNIBUS MB COMIL 2002 - ÔNIBUS VW 1998/1999	UND	10	78,00	780,00
11	FILTRO AR SECUNDÁRIO ÔNIBUS OF MB A3740947104	UND	10	87,00	870,00
12	FILTRO AR SECUNDÁRIO TOYOTA BANDEIRANTE 2000/2001	UND	10	55,00	550,00
13	FILTRO DE AR PARA FIORINO ORIGINAL : 7722936	UND	50	20,00	1.000,00
14	FILTRO DE AR PARA FIAT UNO 1.0/3 2008/2016/17 DOBLO 1.4 2012 FIAT: 77229360	UND	50	20,00	1.000,00
15	FILTRO DE AR PRIMÁRIO CAMINHÃO FORD 14000 HD 1997 - MICROÔNIBUS MB COMIL 2002	UND	10	90,00	900,00
16	FILTRO DE AR PRIMÁRIO ÔNIBUS MB TURINO 1998/9	UND	10	135,00	1.350,00
17	FILTRO DE AR PRIMÁRIO ÔNIBUS VW 15190 - ÔNIBUS VW 2007	UND	10	130,00	1.300,00
18	FILTRO DE AR PRIMÁRIO TRATOR MF 283	UND	100	48,00	4.800,00
19	FILTRO DE AR PRIMÁRIO TRATOR MF 4283	UND	50	99,00	4.950,00
20	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO ÔNIBUS VW 2007 - ÔNIBUS VW 15190	UND	20	65,00	1.300,00
21	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO TRATOR MF 283	UND	40	60,00	2.400,00
22	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO TRATOR MF 4283	UND	10	100,00	1.000,00
23	FILTRO DE AR PARA MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE 8VL EO. MOTOR: 89095462 POTENCIA: 152CV, ANO FAB/MODELO: 2013/2014 ORIG.: 600700001743003	UND	15	100,00	1.500,00
24	FILTRO DE AR PARA MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE 8VL EO. MOTOR: 89095462 POTENCIA: 152CV, ANO FAB/MODELO: 2013/2014 ORIG.: 6007001744001	UND	15	55,00	825,00
25	FILTRO DE AR PARA FIAT DUCATO MINIBUS, ANO FAB/MOD: 2013/14, POTÊNCIA 127 CIL. MOTOR: F1AE3481B7188079	UND	15	88,00	1.320,00
26	FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAMINHÃO FORD 12000 160 2000	UND	60	30,00	1.800,00
27	FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAMINHÃO FORD 14000 HD 1997 - SEPARADOR DE ÁGUA CAMINHÃO FORD 12000 160 2000/2001 - SEPARADOR DE ÁGUA CAMINHÃO FORD 14000 160 2000 - SEPARADOR DE ÁGUA CAMINHÃO FORD 14000 HD 1997.	UND	100	39,00	3.900,00
28	FILTRO DE COMBUSTÍVEL CAMINHÃO FORD CARGO 2628 6X4 2013	UND	60	82,00	4.920,00
29	FILTRO DE COMBUSTÍVEL MICROÔNIBUS MB COMIL 2002 - ÔNIBUS MB TURINO 1998/9 - SEPARADOR DE ÁGUA ÔNIBUS VW COMIL 1999/2000/2001	UND	100	39,00	3.900,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

Itens	Produto	Und.	Qtde.	Valor Unit	Valor Total
30	FILTRO DE COMBUSTÍVEL ÔNIBUS VW 1999/2000/2001/2007	UND	20	73,00	1.460,00
31	FILTRO DE COMBUSTÍVEL ÔNIBUS VW SCA GRANMIDI 2009 - SEPARADOR DE ÁGUA ÔNIBUS VW 2007 - SEPARADOR DE ÁGUA TRATOR MF 283 - SEPARADOR DE ÁGUA TRATOR MF 4283	UND	60	98,50	5.910,00
32	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - ORIG.: 2TD127491A	UND	20	90,00	1.800,00
33	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - ORIG.: R6010MHP	UND	20	70,50	1.410,00
34	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - ORIG.: 905411510027	UND	20	73,00	1.460,00
35	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - ORIG.: 9060920205	UND	20	59,00	1.180,00
36	FILTRO DE COMBUSTÍVEL ROLO COMPACTADOR 1596102	UND	20	100,00	2.000,00
37	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FIAT UNO 1.0/3 2012/2016/17	UND	60	20,00	1.200,00
38	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FIAT DOBLO 1.4 2012	UND	50	20,00	1.000,00
39	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FIORINO 1,4 2010/1 - PÁLIO ADVENTURE 2012/2013 - PARA FIORINO 1,4 2014/5	UND	60	20,00	1.200,00
40	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FIAT DUCATO MINIBUS, ANO FAB/MOD: 2013/14, POTÊNCIA 127 CIL. MOTOR: F1AE3481B7188079	UND	200	49,00	9.800,00
41	FILTRO DE COMBUSTÍVEL TOYOTA BANDEIRANTE 2000/2001	UND	20	54,00	1.080,00
42	FILTRO DE COMBUSTÍVEL TRATOR MF 283	UND	80	25,00	2.000,00
43	FILTRO DE COMBUSTÍVEL TRATOR MF 4283	UND	80	20,00	1.600,00
44	FILTRO DE ÓLEO LUB. ÔNIBUS VW 15190	UND	100	60,00	6.000,00
45	FILTRO DE ÓLEO LUB. TOYOTA BANDEIRANTE 2000/2001 - TRATOR MF 283	UND	40	35,00	1.400,00
46	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE CAMINHÃO FORD 12000 160 2000 - CAMINHÃO FORD 14000 160 2000	UND	25	62,00	1.550,00
47	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE ORIG.: 9054118800 08	UND	25	40,00	1.000,00
48	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE IVECO ORIG.: 2995655	UND	50	75,00	3.750,00
49	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE ORIG.: 7122733	UND	25	62,00	1.550,00
50	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE CAMINHÃO FORD 12000 160 2001 - CAMINHÃO FORD 14000 HD 1997 - ÔNIBUS VW 2007 - ÔNIBUS VW COMIL 1999 - ÔNIBUS VW COMIL 2000/1 - ÔNIBUS VW/MA SCA GRANMIDI 2009	UND	100	62,00	6.200,00
51	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE CAMINHÃO FORD CARGO 2628 6X4 2013	UND	100	80,50	8.050,00
52	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE CAMINHÃO FORD CARGO 2628 6X4 2014/2015	UND	100	80,50	8.050,00
53	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA FIAT DUCATO MINIBUS, ANO FAB/MOD: 2013/14, POTÊNCIA 127 CIL. MOTOR: F1AE3481B7188079	UND	300	75,00	22.500,00
54	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE MICROÔNIBUS MB COMIL 2002	UND	60	26,00	1.560,00
55	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE MOTONIVELADORA 120K 1R1807	UND	100	65,00	6.500,00
56	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE MOTONIVELADORA 120H 1R0739	UND	100	65,00	6.500,00
57	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE ROLO COMPACTADOR 7W2326	UND	30	42,00	1.260,00
58	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA FIORINO ORIGINAL : 5984044	UND	100	17,00	1.700,00
59	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA FIAT DOBLO 1.4 2012 FIAT.: 51806073	UND	300	20,00	6.000,00
60	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA FIAT UNO 1.0/1.3 2008/2016/2017 ORIG.:467511779	UND	100	20,00	2.000,00
61	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE TRATOR MF 4283	UND	300	42,00	12.600,00
62	FILTRO HIDRÁULICO ROLO COMPACTADOR 1G8878	UND	30	90,00	2.700,00
63	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA TOYOTA	UND	20	54,00	1.080,00
64	FLUIDO PARA FREIO DOT 4 500ML SAE J 1703	UND	300	24,00	7.200,00
65	FLUÍDO PARA RADIADOR (GASOLINA E/OU DIESEL)	I	300	22,00	6.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

Itens	Produto	Und.	Qtde.	Valor Unit	Valor Total
66	GRAXA A BASE DE LITEO VISCOSIDADE NL G 12 BALDE 20KG	BALDE 20KG	40	385,00	15.400,00
67	GRAXA ESPECIAL PARA ROLAMENTO	KG	100	35,00	3.500,00
68	ÓLEO 2 TEMPO L	I	30	20,00	600,00
69	ÓLEO 4 TEMPO SAE - 10W30 API SL, JASO MA	I	50	35,00	1.750,00
70	ÓLEO 4 TEMPO SAE - 20W50 API SL, JASO MA	I	100	30,00	3.000,00
71	ÓLEO HIDRAULICO TIPO ATF	I	100	30,00	3.000,00
72	ÓLEO LUB. HIDRAUL P/ MULTIPLAS APLICAÇÕES SAE 20W-30 API GL 4 B.	BALDE 20L	40	520,00	20.800,00
73	ÓLEO LUB. HIDRAUL P/ MULTIPLAS APLICAÇÕES SAE 10W-30 API CG-4, B.	BALDE 20L	30	510,00	15.300,00
74	ÓLEO LUB. MINERAL 80W API GL 5	BALDE 20L	30	610,00	18.300,00
75	ÓLEO LUB. MINERAL MONOVISCOSSO SAE 50	BALDE 20L	60	620,00	37.200,00
76	ÓLEO LUB. MINERAL MULTIVISCOSSO PARA TRANSMISSÃO	I	150	30,00	4.500,00
77	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL SAE 10W40	BALDE 20L	60	610,00	36.600,00
78	ÓLEO LUB. MINERAL PARA MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CI-4 SL	BALDE 20L	180	530,00	95.400,00
79	ÓLEO LUB. PARA ENGRENAGEM SAE 85 W 140 API GL 5	BALDE 20L	40	510,00	20.400,00
80	ÓLEO LUB. PARA ENGRENAGEM SAE 90 API GL 5	BALDE 20L	40	560,00	22.400,00
81	ÓLEO LUB. PARA MOTOR DIESEL SAE 10W 40 API CI-4	BALDE 20L	40	615,00	24.600,00
82	ÓLEO LUB. SINTÉTICO PARA MOTOR DIESEL SAE 5W30 API SM OU SUP	I	10	41,50	415,00
83	ÓLEO SEMISINTÉTICO P/ MOTOR GASOLINA SAE 15W-40 API SN	I	800	38,00	30.400,00
84	ÓLEO P/ SISTEMA HIDRÁULICO ISSO 68	BALDE 20L	400	410,00	164.000,00
				Total	799.980,00

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no presente Termo de Referência.

2.2 Se faz necessário constar que o município de Petrolândia, no decorrer do ano, realiza diversas atividades e ações que demandam o uso de veículos para transporte de equipes, materiais, insumos e fornecimento essenciais à população. Dentre essas ações, destacam-se o transporte para atendimento de serviços administrativos, sociais, de saúde, educação, obras e outros setores indispensáveis à manutenção das políticas públicas locais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

2.3 A contratação para o fornecimento de combustível faz-se necessária devido à demanda contínua e essencial por abastecimento de veículos da frota municipal, para garantir a execução eficiente das atividades inerentes à gestão pública. Assim, a disponibilidade de combustível é um requisito básico para assegurar o cumprimento das finalidades administrativas e a prestação de serviços à comunidade, e promover uma maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.4 Trata-se de uma contratação viável e vantajosa para a Administração, especialmente considerando que o fornecimento será realizado em condições padronizadas e previamente estabelecidas, de modo a permitir um maior planejamento e controle do consumo de combustível. Isso proporcionará ao município um melhor atendimento às suas finalidades organizacionais e às necessidades da população, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e a execução de programas e projetos prioritários.

2.5 Diante disso, o presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer os critérios necessários para a contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, com a garantia da qualidade, segurança e eficiência no atendimento das demandas da frota municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Trata-se do credenciamento de postos de combustíveis para atender às necessidades do Município de Petrolândia-PE, com o fornecimento de combustíveis para os veículos oficiais da Prefeitura, conforme as condições estabelecidas neste instrumento.

3.2. Finalidade e Objetivo do Credenciamento:

3.2.1. A presente solução tem como finalidade a seleção de postos de combustíveis para o fornecimento contínuo de combustíveis, como Gasolina comum e Diesel S10, para os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Petrolândia-PE. O credenciamento visa assegurar que a frota da Prefeitura esteja sempre operacional, promovendo eficiência administrativa e atendendo às diversas demandas e responsabilidades da instituição.

3.3. Etapas do Processo de Credenciamento:

3.3.1. Abastecimento e Utilização:

3.3.1.1. Fornecimento contínuo de combustíveis conforme demanda da Prefeitura Municipal de Petrolândia-PE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

3.3.1.2. Utilização dos combustíveis nos veículos oficiais para diversas atividades, incluindo transporte de servidores públicos, fiscalização de obras, atendimento à população e outras funções institucionais.

3.3.2. Monitoramento e Controle:

3.3.2.1. O consumo de combustíveis será monitorado, sendo registrado detalhadamente por cada veículo.

3.3.2.2. Será realizada a fiscalização periódica do abastecimento, com controle sobre o volume de combustível fornecido, com base no preço acordado.

3.4. Objetivos do Credenciamento:

3.4.1. Eficiência e Economia: O processo de credenciamento garantirá a aquisição contínua de combustíveis a preços competitivos, evitando compras emergenciais e garantindo a economia dos recursos públicos.

3.4.2. Eficiência Administrativa: Facilitar a operação administrativa da Prefeitura, garantindo a continuidade das atividades institucionais com a frota de veículos sempre abastecida.

3.4.3. Preparação para Emergências: Assegurar que a Prefeitura Municipal tenha capacidade para atuar rapidamente em situações emergenciais.

3.4.4. Sustentabilidade: A contratada deverá adotar boas práticas ambientais no fornecimento dos combustíveis, cumprindo com as normativas ambientais aplicáveis.

3.5. CrITÉRIOS de Qualificação para o Credenciamento:

3.5.1. Capacidade Técnica e Regularidade:

3.5.1.1. O posto de combustíveis deve comprovar a regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle (ANP, Secretaria da Fazenda, etc.), além de fornecer combustíveis conforme as especificações legais e ambientais exigidas.

3.5.2. Localização do Posto de Combustíveis:

3.5.2.1. Os postos de combustíveis credenciados deverão estar situados conforme a necessidade **do município de Petrolândia-PE.**

3.5.3. Qualidade dos Combustíveis:

3.5.3.1. Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações da ANP, sendo que a contratada deverá apresentar documentos que comprovem a origem e a qualidade do combustível, como laudos ou certificados de laboratórios reconhecidos.

3.5.4. Forma de Prestação de Serviços:

3.5.4.1. O fornecimento de combustíveis será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Prefeitura Municipal, sendo que o abastecimento será efetuado diretamente nos veículos oficiais, de acordo com o consumo diário de cada um.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

3.6. Critérios para Seleção da Demanda:

3.6.1. A seleção da demanda será realizada conforme a necessidade do município, respeitando o critério de disponibilidade e capacidade de fornecimento para atender a frota da Prefeitura Municipal de Petrolândia-PE.

3.7. Qualidade e Recusa dos Combustíveis:

3.7.1. Os combustíveis fornecidos serão recusados caso apresentem as seguintes irregularidades:

3.7.1.1. Densidade fora do padrão estabelecido pela ANP.

3.7.1.2. Volume menor que o solicitado.

3.7.1.3. Contaminação por substâncias não permitidas.

3.7.1.4. Qualquer outro erro quanto ao produto solicitado, incluindo a presença de impurezas ou mistura inadequada.

3.7.1.5. A contratada deverá substituir o combustível recusado em até 24 horas após a formalização da recusa.

3.8. Condições de Pagamento:

3.8.1. O pagamento será realizado com base no preço médio mensal de combustíveis praticado pela ANP no Estado de Pernambuco ou inferior, **porém nunca diferente do praticado ao consumidor direto.**

3.8.2. A contratada deverá emitir nota fiscal mensal detalhando o fornecimento, com a quantidade de combustível fornecido, o valor unitário e o total a ser pago, já considerando o desconto.

3.9. Validade e Prazo do Credenciamento:

3.9.1. O credenciamento terá validade por um período de 12 meses, podendo ser renovado por igual período, desde que a contratada continue atendendo às exigências do edital e mantendo sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização.

3.10. Obrigações da Contratada:

3.10.1. A contratada deverá garantir que o combustível fornecido esteja sempre em conformidade com as especificações da ANP, bem como assegurar o controle e fiscalização dos abastecimentos, para que não ocorram irregularidades, como abastecimento em volumes inferiores ou a inclusão de combustíveis inadequados.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos aos requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.6 Quando da assinatura do contrato, a contratada estará apta a efetuar os abastecimentos nos veículos indicados pelo Município de Petrolândia.

5.7 Os abastecimentos serão realizados mediante a apresentação de ordem de fornecimento emitido pela fiscalização do contrato.

5.8 A contratada emitirá nota fiscal consolidada e relatório mensais, contendo as informações de todos os fornecimentos prestados.

5.8.1 O relatório do caput deverá conter, no mínimo:

5.8.1.1 Data do abastecimento;

5.8.1.2 Placa do Veículo;

5.8.1.3 Quilometragem do Veículo;

5.8.1.4 Valor do abastecimento.



Local e horário da prestação dos serviços

5.9 Para o fornecimento dos itens, os veículos deverão se dirigir ao respectivo posto credenciado para a devida realização dos abastecimentos e conforme horário de funcionamento de cada Posto credenciado de segunda a segunda.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Critério de Definição do Preço do Combustível

7.1. O preço unitário do litro de combustível (gasolina comum e diesel S10) será definido com base nos preços praticados no mercado, conforme levantamento oficial divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, para o Estado de Pernambuco, ajustada da seguinte forma:

7.1.1. Preço de Referência: **MENOR PREÇO** de revenda publicada pela ANP no mês de referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

7.2. Atualização Mensal dos Preços:

7.2.1. O preço base será atualizado automaticamente no início de cada mês, com base na última tabela mensal publicada pela ANP.

7.2.2. A administração pública divulgará oficialmente aos credenciados os preços atualizados que deverão ser aplicados durante o mês corrente, garantindo ampla publicidade e transparência.

7.3. Forma de Pagamento:

7.3.1 O pagamento será realizado exclusivamente pelo volume de combustível efetivamente fornecido, considerando os registros de abastecimento e a nota fiscal correspondente.

7.3.2. A administração pública efetuará o pagamento em ciclos mensais, com prazo de até 20 dias úteis após a apresentação e validação da nota fiscal.

7.4. Critérios para Aprovação dos Pagamentos:

7.4.1. Para que o pagamento seja aprovado, o credenciado deverá:

7.4.1.1. Emitir a nota fiscal eletrônica (NF-e) correspondente ao volume de combustível fornecido, com os valores calculados conforme o preço definido pela média da ANP com o desconto aplicado.

7.4.1.2. Apresentar os registros consolidados de abastecimento, contendo: data, hora, tipo de combustível, quantidade fornecida, e identificação dos veículos abastecidos.

7.4.1.3. Manter regularidade fiscal e trabalhista no momento da liquidação.

7.5. Caso o credenciado não aplique corretamente o preço definido pela ANP com o desconto estipulado, estará sujeito a sanções previstas no edital.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

- 7.8.1.** o prazo de validade;
- 7.8.2.** a data da emissão;
- 7.8.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.8.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 7.8.5.** o valor a pagar; e
- 7.8.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.11. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao município.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), *pro rata*, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de credenciamento de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 79, III, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção de todas as propostas que atenderem as disposições deste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio de Diligência, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão **exigidos conforme sua natureza jurídica**:

Habilitação jurídica

8.13.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.13.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato social consolidado);

8.13.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na linha "b", deste subitem;

8.13.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.13.5 Cédula de Identidade e CPF dos Sócios.

8.13.6 Certificado de autorização para revenda de combustíveis emitida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em nome do interessado em participar do credenciamento, devidamente válido.

8.13.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13.8 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13.9 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

- 8.13.10** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13.11** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.13.12** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.13.13** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.13.14** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo objeto contrata ou concorre;
- 8.13.15** Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.13.16** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.13.17** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.13.18** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.13.19** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.13.20** Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede do proponente ou de seu domicílio;
- 8.13.21** As empresas sediadas no Estado de Pernambuco poderão retirar a respectiva certidão no link: (www.tjpe.jus.br/certidaopje), devendo ser emitidas as certidões de 1º e 2º grau para fins de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.14 A certidão descrita no subitem 8.13.18 somente é exigível quando a Certidão Negativa de Falência da sede do proponente ou de seu domicílio contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

8.15 As empresas sediadas em Pernambuco e constituídas após a implantação do Sistema Judwin (PJE), que ocorreu em 11 de maio de 2016, poderão apresentar apenas as certidões descritas neste Edital, obtidas através do link (www.tjpe.jus.br/certidaopje), devendo ser emitidas as certidões de 1º e 2º grau para fins de licitação.

8.16 Para as empresas sediadas em locais em que a verificação é centralizada, será aceita uma única certidão.

8.17 Em caso de Certidão Positiva de Falência com Efeito de Negativa, faz-se necessário que o documento mencione se o proponente já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apto econômica e financeiramente a participar da presente dispensa de licitação.

8.18 Caberá ao interessado obter a Certidão Negativa de Falência de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede do interessado ou de seu domicílio.

8.19 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.19.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.19.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.19.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.19.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.19.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.19.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.19.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19.8 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.19.8.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.19.8.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.19.8.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.19.8.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.19.9 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.19.10 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Qualificação Técnica

8.20 Comprovação de aptidão para desempenho de prestação de serviço compatível com o objeto do credenciamento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ e quantitativos executados que apresente **no mínimo 10% (dez por cento)** das quantidades estimadas.

8.21 Licença de Funcionamento expedida pelo órgão competente.

DECLARAÇÕES

8.22 Declaração, de que não possui em seu quadro de pessoal, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei;

8.23 Prova de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o poder público, ou suspensão de licitar ou contratar com o Município de Petrolândia/PE (Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos) emitida pelo Tribunal de Contas da União;

8.24 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

8.25 Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2021;

8.26 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei Nº 14.333/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.27 Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, conforme Artigo 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo IV).

8.28 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante.

8.29 Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal; (conforme modelo anexo IV).

8.30 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 (conforme modelo anexo IV).

8.31 Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (conforme modelo anexo V).

8.32 Declaração de que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.33 A verificação pelo Município nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.34 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o interessado terá seu pedido de credenciamento julgado “DEFERIDO” pela Comissão de Contratação e submetido à autoridade competente para fins de homologação e da autorização, de que trata Inciso VIII, do Artigo 72, da Lei 14.133/2021.



8.35 Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.139.473,00** (Sete milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e três reais), conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Petrolândia para o Exercício de 2026 e serão informadas quando da efetiva contratação dos credenciados.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X,XI e XIV)

11.1 São obrigações do Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

11.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.1.7 Cientificar o setor competente, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

11.1.9.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

11.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (Art. 92 XIV, XVI e XVII)

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

12.1.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

12.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.1.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

12.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

12.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV)

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

13.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

13.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “13.1.2”, “13.1.3” e “13.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “13.1.5”, “13.1.6”, “13.1.7” e “13.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 13.1.2”, “13.1.3” e “13.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.2.4 Multa:

13.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.1.1 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “13.1.5” a “13.1.8” do item 13.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

13.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “13.1.3” do item 13.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

13.2.4.4 Para infração descrita no subitem “13.1.2” do item 13.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

13.2.4.5 Para infrações descritas no subitem “13.1.4” do item 13.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.

13.2.4.6 Para a infração descrita no subitem “13.1.1” do item 13.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

13.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

13.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

13.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

13.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

13.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Objeto: Chamamento Público para o Credenciamento de forma contínua durante 12 (doze) meses destinados a contratação de pessoa jurídica interessada em fornecer combustível para abastecimento dos veículos da Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE, nos quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência.

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Responsável Legal:

Telefone:

e-mail:

Vimos por meio desta, apresentar nossa PROPOSTA DE ADESÃO ao **Credenciamento nº 002/2026**, para o fornecimento de combustível, conforme divulgado em edital próprio da Prefeitura, propondo **Credenciamento de forma contínua durante 12 (doze) meses destinados a contratação de pessoa jurídica interessada em fornecer combustível para abastecimento dos veículos da Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE**, nos quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência abaixo indicadas, nos preços que foram previamente determinados constantes do Termo de Referência:

ITEM	PRODUTO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					
5					
6					
VALOR TOTAL PARA 12 MESES					

Fonte: Tabela ANP – Período 04 à 11/01/2026 CONSIDERANDO Os preços ANP na **Região Nordeste** como um todo e nas cidades de **Arco Verde, Serra Talhada, Caruaru, Petrolina e Garanhuns**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

Declaramos:

() sim () não: Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

() sim () não: Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

() sim () não: Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

() sim () não: Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

() sim () não: Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

() sim () não: Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() sim () não: Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

() sim () não: Declaramos expressamente que o valor ofertado para efeitos de fornecimento será igual ou inferior ao constante da tabela ANP e nunca diferente do praticado ao consumidor direto

Local e Data, de de 2026.

Assinatura do responsável legal da empresa



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 000/2026

CREDENCIAMENTO Nº 000/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 000/2026

CONTRATO Nº /2026.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO O, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA PE**, inscrito no CNPJ sob o nº 10.106.235/0001-16, com sede na Praça dos Três Poderes, 141, centro, nesta cidade, neste ato, representado legalmente pelo seu Prefeito, o **Sr. FABIANO JAQUES MARQUES**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Barreiras, 793, Quadra 12, Petrolândia/PE, portador do CPF/MF nº 812.035.514-87 e da Carteira de Identidade nº 4.377.177 SSP/PE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o Nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo Nº 013/2026** e em observância às disposições da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Credenciamento de Nº 002/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁSULA PRIMEIRA – OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente Procedimento Auxiliar é o **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas interessadas no **fornecimento, contínuo e ininterrupto, de combustíveis (GASOLINA, DIESEL S-10, ETANOL, FLUÍDOS E LUBRIFICANTES)**, para abastecimento dos veículos da **Prefeitura Municipal de Petrolândia/PE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						



1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência;

1.2.2 Edital de credenciamento;

1.2.3 A Proposta do contratado;

1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo ser prorrogado, desde que observado o fixado no [artigo 107](#), da lei supramencionada.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... ().

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em ... de de 2026. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6 O reajuste será realizado por apostilamento e conforme preços apurados junto a ANP.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o setor competente, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

9.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

9.1.11 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.1.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1 Todos os credenciados devem comprovar, no ato do credenciamento, capacidade técnica e operacional, a ser demonstrada mediante apresentação de ficha cadastral disponibilizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que demonstre possui a capacidade de armazenamento de combustíveis de no mínimo 7 m³ (sete metros cúbicos) para cada tipo de combustível comercializado, sob pena de desclassificação do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas 11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4 Multa:

11.2.4.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.1.1 O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritos nos subitens “11.1.5” a “11.1.8” do item 11.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

11.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato previsto no subitem “11.1.3” do item 11.1, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

11.2.4.4 Para infração descrita no subitem “11.1.2” do item 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.2.4.5 Para infrações descritas no subitem “11.1.4” do item 11.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do Contrato.

11.2.4.6 Para a infração descrita no subitem “11.1.1” do item 11.1, a multa será de 0,5 % (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

11.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

11.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: 12.2.1.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e 12.2.1.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Petrolândia deste exercício, em dotação a ser definida na formalização do presente instrumento.

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000

FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Petrolândia-PE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Petrolândia/PE, de..... de 2026

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

XXXXXX

P/CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXX

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 -

CPF:

2 -

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

ANEXO IV – Relação da Frota Municipal

ITEM	SECRETARIA	PLACA	CHASSI	FABRICANTE	MODELO	FABRICAÇÃO	MODELO
1	EDUCAÇÃO	OYS4583	93ZL68C01E8454618	IVECO	70C17	2013	2013
2	EDUCAÇÃO	OYU9155	9532E82W5DR312225	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E S ORE	2012	2012
3	EDUCAÇÃO	PCV4206	9532E82W1KR931451	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E HD ORE	2019	2019
4	EDUCAÇÃO	PDK7909	9532M52P9KR929550	VOLKSWAGEN	MICROONIBUS	2019	2019
5	EDUCAÇÃO	PFC0100	9532882W3BR100749	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E HD ORE	2010	2010
6	EDUCAÇÃO	PGG9213	9532E82W9DR310929	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E HD ORE	2012	2012
7	EDUCAÇÃO	PGG9373	9532E92W3DR309517	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E S ORE	2012	2012
8	EDUCAÇÃO	PGG9523	9532E82W9DR310882	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E S ORE	2012	2012
9	EDUCAÇÃO	PGT0B91	93PB54M10EC048356	MARCOPOLO	VOLARE V8L EO	2013	2014
10	EDUCAÇÃO	QYU6I40	93ZK01BDZM8941539	IVECO	A DEFINIR	2021	2021
11	EDUCAÇÃO	SNT3J47	93YF62002RJ719925	RENAULT	MASTER	2023	2024
12	EDUCAÇÃO	SOA 9D77	93PB58A10RC100053	MARCOPOLO	VOLARE V8L 4X4 EO	2024	2024
13	EDUCAÇÃO	KHZ2180	9532882W0AR008836	VOLKSWAGEN	15.190 EOD	2009	2009
14	EDUCAÇÃO	KXL5I61	9BM384078BB768138	MERCEDES BENZ	INDUSCAR APACHE U	2011	2010
15	EDUCAÇÃO	OYS4583	93ZL68C01E8454618	IVECO	70C17	2013	2013
16	EDUCAÇÃO	OYU9155	9532E82W5DR312225	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E S ORE	2012	2012
17	EDUCAÇÃO	PCV4206	9532E82W1KR931451	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E HD ORE	2019	2019
18	EDUCAÇÃO	PDK7909	9532M52P9KR929550	VOLKSWAGEN	MICROONIBUS	2019	2019
19	EDUCAÇÃO	PEL4522	93PB41N31DC043438	MARCOPOLO	VOLARE W9 ON	2012	2013
20	EDUCAÇÃO	PFC0100	9532882W3BR100749	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E HD ORE	2010	2010
21	EDUCAÇÃO	PGG9213	9532E82W9DR310929	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E HD ORE	2012	2012
22	EDUCAÇÃO	PGG9373	9532E92W3DR309517	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E S ORE	2012	2012
23	EDUCAÇÃO	PGG9523	9532E82W9DR310882	VOLKSWAGEN	15.190 EOD E S ORE	2012	2012
24	EDUCAÇÃO	PGO8088	93W245L34E2121793	FIAT	DUCATO	2013	2014
25	EDUCAÇÃO	PGQ8D08	9BD578141F7847354	FIAT	STRADA WORKING	2014	2015
26	EDUCAÇÃO	PGT0B91	93PB54M10EC048356	MARCOPOLO	VOLARE V8L EO	2013	2014
27	EDUCAÇÃO	PLS1H17	9BD57831FLY339888	FIAT	STRADA	2020	2020
28	EDUCAÇÃO	QYU6I40	93ZK01BDZM8941539	IVECO	A DEFINIR	2021	2021
29	EDUCAÇÃO	RED1H25	3C6DFVBKE549563	FIAT	DUCATO	2019	2019
30	EDUCAÇÃO	RZF7F37	9BWAG45U8NT071171	VOLKSWAGEN	Gol 1.0	2021	2022
31	EDUCAÇÃO	SNT3J47	93YF62002RJ719925	RENAULT	MASTER	2023	2024
32	EDUCAÇÃO	SOA 9D77	93PB58A10RC100053	MARCOPOLO	VOLARE V8L 4X4 EO	2024	2024
33	EDUCAÇÃO	SOK4E33	93ZK61LFZS8707089	IVECO	BUS	2024	2025
34	EDUCAÇÃO	SON7E96	ZFA250000SMA06689	FIAT	DUCATO	2024	2025
35	EDUCAÇÃO	SOO0J88	ZFA25000032Z95249	FIAT	DUCATO MAXICARGO 2.3 16V	2025	2025
36	EDUCAÇÃO	SOS4H84	9BD281BLUSYH04760	FIAT	STRADA VOLCANO 13AT	2025	2025
37	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	GDO6J67	8AC907857NE217556	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2022	2022
38	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	JQY7058	8AC9036728A971777	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2007	2008
39	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	KHH2416	9BD15822786150160	FIAT	Uno Mille Fire Flex	2008	2008



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

ITEM	SECRETARIA	PLACA	CHASSI	FABRICANTE	MODELO	FABRICAÇÃO	MODELO
40	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	NFT1243	93YCDDUH55J631066	RENAULT	Master Bus	2005	2005
41	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	UHM3C25		CIROEN	C3	2025	2025
42	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	PCA1084	9BD195A6HH0796016	FIAT	UNO	2017	2017
43	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	PDJ7902	9BD195A6HH0774765	FIAT	UNO	2016	2017
44	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	PFZ9122	9BD119707D1099209	FIAT	Doblo ATTRACTIVE 1.4 Fire Flex	2012	2013
45	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	QYY3J88	9BD19710HM3404453	FIAT	SIENA	2021	2021
46	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	QYY4B98	9BD19710HM3404184	FIAT	SIENA	2021	2021
47	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	QYZ7H95	9C2KD0810NR104140	HONDA	NXR 160 BROS ESDD	2021	2022
48	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	RZF7F97	9BWAG45U9NT091803	VOLKSWAGEN	Gol 1.0	2021	2022
49	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SNQ3I23	9BD281BPJPYE15702	FIAT	STRADA	2023	2023
50	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SNQ4D23	9BD358ACFRYN00250	FIAT	ARGO	2023	2024
51	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SOQ4B68	9BGJC7520SB145844	CHEVROLET	SPIN 1.8L AT LTZ	2024	2025
52	ADMINISTRAÇÃO	QYR3J49	9BD281B31MYV83265	FIAT	STRADA	2021	2021
53	AGRICULTURA	HPE0192	34400714048025	MERCEDES BENZ	L 1113	1970	1970
54	AGRICULTURA	HZT6247	9BM6953015B427203	MERCEDES BENZ	L 1620	2005	2005
55	AGRICULTURA	KFY2143	34404112070601	MERCEDES BENZ	L 1113	1974	1974
56	AGRICULTURA	KGA5833	34403312373719	MERCEDES BENZ	L 1113	1978	1978
57	AGRICULTURA	KIK3200	34403212476382	MERCEDES BENZ	1.113	1980	1980
58	AGRICULTURA	KLJ8285	34500312656158	MERCEDES BENZ	L 1113	1984	1984
59	AGRICULTURA	OKU6H25	9533E7234DR303522	VOLKSWAGEN	15190	2012	2013
60	AGRICULTURA	OUH1F69	9533E7239DR336256	VOLKSWAGEN	13.190 Worker	2013	2013
61	AGRICULTURA	OUO5G59	9533E7235DR346105	VOLKSWAGEN	13190	2013	2013
62	AGRICULTURA	OUU0F41	9533E7233DR350332	VOLKSWAGEN	13-190	2013	2013
63	AGRICULTURA	OZK9C68	9533E7230DR356959	VOLKSWAGEN	13.190 Worker	2013	2013
64	AGRICULTURA	PEB 9350	9BM694000GB021735	MERCEDES BENZ	ATRON 1319	2015	2016
65	AGRICULTURA	PED1123	99HGY1150JS000064	SHINERAY	SHINERAY XY 150 - GY	2017	2017
66	AGRICULTURA	PEL8I62	9536E7230CR262026	VOLKSWAGEN	13.190 CRM 4X2	2012	2012
67	AGRICULTURA	PGO5639	95368267ER415858	VOLKSWAGEN	26.280 6X4	2013	2014
68	AGRICULTURA	RGM0E37	9BD281A2DNYX22756	FIAT	STRADA ENDURANCE CS	2022	2022
69	AGRICULTURA	TRA0002	0908B01075	MASSEY FERGUSON	MF283	2009	2009
70	AGRICULTURA	TRA0003	0907B01001	MASSEY FERGUSON	MF283	2009	2009
71	AGRICULTURA	TRA0004	0908B01102	MASSEY FERGUSON	MF283	2009	2009
72	AGRICULTURA	TRA0005	1302C0208997	MASSEY FERGUSON	TRATOR	2013	2013
73	AGRICULTURA	TRA0006	1210C0205570	MASSEY FERGUSON	TRATOR	2013	2013
74	AGRICULTURA	TRA0007	T57CR402034	NEW HOLLAND	TRATOR	2019	2019
75	AGRICULTURA	TRA0008	T97CR403362	NEW HOLLAND	TRATOR	2019	2019
76	AGRICULTURA	TRA0009	T97CR403380	NEW HOLLAND	TRATOR	2019	2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

ITEM	SECRETARIA	PLACA	CHASSI	FABRICANTE	MODELO	FABRICAÇÃO	MODELO
77	AGRICULTURA	TRA0010	4408621147	MASSEY FERGUSON	TRATOR	2021	2022
78	AGRICULTURA	TRA0011	MBNYHBKYVMNA00692	MAHINDRA	TRATOR	2021	2021
79	AGRICULTURA	TRA0013	36099453609952	MASSEY FERGUSON	TRATOR	2024	2023
80	AGRICULTURA	TRA0014	3265789456321456	MASSEY FERGUSON	TRATOR	2024	2023
81	GOVERNO	FZQ4E76	9BWAG45U1NT029294	VOLKSWAGEN	Gol 1.0	2021	2022
82	GOVERNO	QYQ5D37	93YRBB001MJ773671	RENAULT	KWID ZEN	2020	2021
83	GOVERNO	QYW2I64	8AJBA3CD3M1664958	TOYOTA	HILUX	2021	2021
84	GOVERNO	RZW4B83	8AJBA3FS3P0328683	TOYOTA	HILUX	2022	2023
85	GOVERNO	SNU9G66	8AJBA3FS6R0354231	TOYOTA	HILUX	2023	2024
86	GOVERNO	SOP0D18	8AJBA3FSXS0387240	TOYOTA	HILUX SWSRXA4RD	2025	2025
87	INFRAESTRUTURA	BOB 01	96325417895632	BOBCAT	BOBCAT	2010	2010
88	INFRAESTRUTURA	ESC0001	*HBZM215BCCAA0048	NEW HOLLAND	E215B	2012	2012
89	INFRAESTRUTURA	GSH3843	9BFYCEJX3ABB52713	FORD	CARGO 2428 E	2010	2010
90	INFRAESTRUTURA	GW1014	9BM695014VB147865	MERCEDES BENZ	L 1620	1997	1998
91	INFRAESTRUTURA	KIC4379	9BWGB07X73P003541	VOLKSWAGEN	KOMBI	2002	2003
92	INFRAESTRUTURA	KIK3473	9BFXK82F4YD036762	FORD	F1200 160	2000	2000
93	INFRAESTRUTURA	KJS6260	9BFXK82F31B062576	FORD	F12000 L	2001	2001
94	INFRAESTRUTURA	KKZ8882	9BM6881562B321220	MERCEDES BENZ	COMIL BELLO	2002	2002
95	INFRAESTRUTURA	MOT0001	*CAT0120KEJAP0455*	CATERPILLAR	120K	2013	2013
96	INFRAESTRUTURA	MOT0002	CAT5FM00810	CATERPILLAR	120 H	1997	1997
97	INFRAESTRUTURA	MOT0003	1236589756321	CATERPILLAR	120 K	2011	2011
98	INFRAESTRUTURA	NXW6215	9BD255429B8886914	FIAT	FIORINO	2010	2010
99	INFRAESTRUTURA	ORE1E34	9536E723ER420336	VOLKSWAGEN	13.190 CRM 4X2	2014	2014
100	INFRAESTRUTURA	OYT3B97	9536E8236ER436299	VOLKSWAGEN	15.190	2014	2014
101	INFRAESTRUTURA	OYW1369	9BD265122F9020614	FIAT	FIORINO	2014	2015
102	INFRAESTRUTURA	PAC0003	XUG0300VJMPB01950	XCMG	XCMG	2021	2021
103	INFRAESTRUTURA	PAC002	HBRH74QDVE0000502	HYUNDAI	HL740-9S	2014	2014
104	INFRAESTRUTURA	PCL0006	9BFZEANE1FBS78895	FORD	CARGO 2629 6X4	2014	2015
105	INFRAESTRUTURA	PDM7124	9C2KD1000JR115844	HONDA	NXR 160 BROS ESDD	2018	2018
106	INFRAESTRUTURA	PDV0B95	9BD5781FFJY249424	FIAT	STRADA HD WORKING CC E	2018	2018
107	INFRAESTRUTURA	PEE2007	9C2KC1620AR053191	HONDA	CG 150 TITAN-ES MIX	2010	2010
108	INFRAESTRUTURA	PFC2C33	9534J8269CR207450	VOLKSWAGEN	31.320 CNC 6 X 4	2011	2012
109	INFRAESTRUTURA	PGU4831	9BFZEANE1DBS33596	FORD	2629 6X4	2013	2013
110	INFRAESTRUTURA	PGX6272	9BFZEANE1FBS78895	FORD	CARGO 2629 6X4	2015	2015
111	INFRAESTRUTURA	PXJ9C46	9BD57B14UGB080799	FIAT	STRADA	2016	2016
112	INFRAESTRUTURA	QFC7H38	9BM69400EB97208	MERCEDES BENZ	ATRON 1319	2014	2014
113	INFRAESTRUTURA	QGG5430	9C2KD0810GR400205	HONDA	NXR 160 BROS ESDD	2015	2016
114	INFRAESTRUTURA	QXE3D07	9BD5781FFLY396041	FIAT	STRADA HD WORKING CC E	2019	2020
115	INFRAESTRUTURA	RET0001	XXUG08700EPA10230	XCMG	XCMG	2018	2018
116	INFRAESTRUTURA	RET0002	CAT00416VM9P01443	CATERPILLAR	RETROESCAVADEIRA	2021	2021
117	INFRAESTRUTURA	RET0004	NBAH01408	CASE	RETRO ESCAVADEIRA	2011	2011



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

ITEM	SECRETARIA	PLACA	CHASSI	FABRICANTE	MODELO	FABRICAÇÃO	MODELO
118	INFRAESTRUTURA	RET0006	123365565	JCB	3C	2012	2021
119	INFRAESTRUTURA	RET0007	XUG08703LRPA02440	XCMG	XCMG	2010	2010
120	INFRAESTRUTURA	RET0008	AH33061	NEW HOLLAND	B110B	2024	2024
121	INFRAESTRUTURA	RGK6I20	9BM958164NB245751	MERCEDES BENZ	ATEGO 2426	2021	2022
122	INFRAESTRUTURA	ROL0001	3WZ001455HK69434	CATERPILLAR	Rolo Compactador	2000	2000
123	INFRAESTRUTURA	ROL0002	640001	VIPART	KPX-28P	2009	2009
124	INFRAESTRUTURA	RZR9E98	9BD281B9JPYX96604	FIAT	STRADA	2022	2023
125	INFRAESTRUTURA	SNK0E16	9BWKL45U7PP052185	VOLKSWAGEN	SAVEIRO CS	2023	2023
126	FINANÇAS	SNN4H49	9C2KC2500PR113627	HONDA	CG 160 START	2023	2023
127	INFRAESTRUTURA	TRA0001	ISO34713449052310	NEW HOLLAND	TRATOR	2012	2012
128	SEGURANÇA CIDADÃ	PEH6634	9C2ND0910CR006042	HONDA	XRE 300	2012	2012
129	SEGURANÇA CIDADÃ	PEH6984	9C2ND0910CR006038	HONDA	XRE 300	2012	2012
130	SEGURANÇA CIDADÃ	PEH7024	9C2ND0910CR006104	HONDA	XRE 300	2012	2012
131	SEGURANÇA CIDADÃ	PEH7074	9C2ND0910CR006012	HONDA	XRE 300	2012	2012
132	SEGURANÇA CIDADÃ	QY11B72	98861118XLK316817	JEEP	RENEGADE	2020	2020
133	SEGURANÇA CIDADÃ	QYX6I90	98861115XMK405105	JEEP	RENEGADE	2021	2021
134	SAUDE	KJY5I57		VOLKSWAGEN	MASCA GRANMIDI EOD O	2007	
135	SAUDE	PDU2247		FIAT	DUCATO CARGO	2019	
136	SAUDE	QYM7G41		VOLKSWAGEN	Comil Versatile I	2020	
137	SAUDE	RZH6F58		JEEP	RENEGADE	2021	
138	SAUDE	RZH6G28		FIAT	DUCATO	2021	
139	SAUDE	RZR7E81		FIAT	FIORINO	2022	
140	SAUDE	SNM2G18		FIAT	FIORINO	2022	
141	SAUDE	SOD0A49		RENAULT	MASTER	2024	
142	SAUDE	ORH 0H91		M.BENZ	415CDISPRINTER SPRINTER	2013	
143	SAUDE	OYU0D52		MARCOPOLO	VOLARE V8L EO	2014	
144	SAUDE	PCR-1556		FIAT	FIORINO	2019	
145	SAUDE	QYX- 2G52		FIAT	FIORINO	2021	
146	SAUDE	RZR-8C02		FIAT	FIORINO	2023	
147	SAUDE	RZR- 8B72		FIAT	FIORINO	2023	
148	SAUDE	PDU--2227		FIAT	DUCATO	2019	
149	SAUDE	PDU-2247		FIAT	DUCATO	2019	
150	SAUDE	OYW- 1079		FIAT	DUCATO	2014	
151	SAUDE	RZH-6G28		FIAT	DUCATO	2021	
152	SAUDE	RZH-7C00		FIAT	DUCATO	2021	
153	SAUDE	RZH-7F70		FIAT	DUCATO-MINIBUS	2021	
154	SAUDE	SOD-9I68		RENAULT	MASTER	2025	
155	SAUDE	SOD-0A49		RENAULT	MASTER	2025	
156	SAUDE	KKZ-8882					
157	SAUDE	RZH-6E28		JEEP	RENEGADE	2021	
158	SAUDE	PGL 1825		PEUGEOT	BOXE M330M 23S	2014	
159	SAUDE	KIJ-7023				2018	
160	SAUDE	PFZ-9122		FIAT			



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 141 – PETROLÂNDIA - PERNAMBUCO - CEP 56.460-000
FONE: (87) 3851-1156 - CNPJ 10.106.235/0001-16

ITEM	SECRETARIA	PLACA	CHASSI	FABRICANTE	MODELO	FABRICAÇÃO	MODELO
161	SAUDE	RZT-7E81		FIAT	FIORINO	2023	
162	SAUDE	OYX-6794		VOLKSWAGEN	AMAROK	2014	
163	SAUDE	KGU-1062					
164	SAUDE	KMC-5358					
165	SAUDE	PEE-1427					
166	SAUDE	PDK7F80		FIAT	STRADA	2018	
167	SAUDE	KKC-4973					
168	SAUDE	QUF6F39		FIAT	DOBLO	2019	
169	SAUDE	RNI5I35		FIAT	DOBLO	2021	
170	SAUDE	RNP9D56		FIAT	UNO ATTRACTIVE 1.0 FLEX 6V	2021	
171	SAUDE	SYO-3G72		FIAT	STRADA	2024	
172	SAUDE	SEB7A36		VOLKSWAGEN	GOL	2022	
173	SAUDE	SOC 7I51		CHEVROLET	SPIN 1.8 L	2024	
174	SAUDE	SOC7F11		CHEVROLET	SPIN 1.8 L	2024	
175	SAUDE	SOC8C11		CHEVROLET	SPIN 1.8 L	2024	
176	SAUDE	SOM 2H38		CHEVROLET	SPIN 1.8L AT LTZ	2024	
177	SAUDE	SOM 2I38		CHEVROLET	SPIN 1.8L AT LTZ	2024	
178	SAUDE	SOQ2E19		CHEVROLET	CHEVROLET S10 PICK-UP LTZ	2025	
179	SAUDE	JRN-2E99		FIAT	SPRINT	2011	
180	SAUDE	OLF-2123		FIAT	SPRINT	2015	
181	SAUDE	SOW-9I25		MERCEDES	VAN	2025	
182	SAUDE	NMI-2H06					
183	SAUDE	ORH-OH91		MERCEDES	VAN	2014	